



## ARTÍCULOS

### A CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES NA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA DURANTE A GUERRA CIVIL DE ESPANHA

#### Movements on the Portuguese-Spanish border and diplomatic correspondence in the Spanish Civil War.

Pedro Sobral de Sousa

Doctorado en Humanidades por la Universidad Carlos III  
[pedrosobraldesousa@gmail.com](mailto:pedrosobraldesousa@gmail.com)

Recibido: 10-03-2022 - Aceptado: 27-09-2022

#### Cómo citar este artículo/Citation:

Pedro Sobral de Sousa, "A correspondência diplomática sobre as movimentações na fronteira luso-espanhola durante a guerra civil de Espanha", *Hispania Nova*, 21 (2023): 68 a 109.

DOI: <https://doi.org/10.20318/hn.2023.7295>

**Copyright:** © HISPANIA NOVA es una revista debidamente registrada, con ISSN 1138-7319 y Depósito Legal M 9472-1998. Los textos publicados están –si no se indica lo contrario– bajo una licencia [Reconocimiento-Sin obras derivadas 3.0 España](https://creativecommons.org/licenses/by-nd/3.0/es/deed.es) de Creative Commons. Puede copiarlos, distribuirlos y comunicarlos públicamente siempre que cite su autor y la institución que los publica y no haga con ellos obras derivadas. La licencia completa se puede consultar en: [http://creativecommons.org/licenses/by-nd/3.0/es/deed.es](https://creativecommons.org/licenses/by-nd/3.0/es/deed.es)

**Resumen:** En el contexto de la Guerra Civil española, el golpe de estado de julio de 1936 pretendía derrocar al Gobierno republicano español. Este acto generó una guerra civil que duró tres años y tuvo importantes implicaciones para Portugal. Portugal tenía un gobierno autoritario dirigido por Oliveira Salazar. Los intereses del gobierno portugués eran contrarios a los del gobierno republicano español. Así, el golpe de Estado fue la oportunidad deseada por Portugal para apoyar un posible gobierno con idénticos intereses en el país vecino. Era prioritario estar al tanto de los movimientos en las zonas fronterizas, porque por un lado, era un lugar que podía servir para apoyar a la facción opuesta al Gobierno Republicano y, por otro lado, era una zona que debe ser controlada para evitar la entrada de elementos desestabilizadores en Portugal. Sin

embargo, fue difícil obtener información confiable y detallada sobre los eventos en las áreas fronterizas. El conocimiento de los movimientos fronterizos se vio obstaculizado por la distancia a Lisboa y la longitud de la propia frontera. Este artículo explora una importante fuente de información y conocimiento local sobre la zona fronteriza, a través de la correspondencia diplomática portuguesa. Se hace especial hincapié en el movimiento de materiales y personas, así como en los informes de posibles peligros comunicados por diplomáticos.

**Palabras clave:** Guerra Civil Española, Refugiados, Estado Novo, Diplomacia.

**Abstract:** In the matter of the Spanish Civil War, the July 1936 coup d'état aimed to overthrow the Spanish Republican Government. This act generated a civil war that lasted three years and had major implications for Portugal. Portugal had an authoritarian government led by Oliveira Salazar. The interests of the Portuguese government were contrary to those of the Spanish republican government. Thus, the coup d'état was the opportunity desired by Portugal to support a possible government with identical interests in the neighboring country. It was a priority to be aware of the movements in the border areas, because on the one hand, it was a place that could be used to support the faction opposed to the Republican Government and, on the other hand, it was an area

that should be controlled to prevent the entry of elements. destabilizers in Portugal. However, it was difficult to obtain reliable and detailed information about events in the border areas. The distance from Lisbon and the extension of the border made it difficult. This article explores an important source of information and local knowledge about the border area, through Portuguese diplomatic correspondence. Particular emphasis is given to the movement of materials and people, as well as reports of possible dangers reported by diplomats.

**Keywords:** Spanish Civil War, Refugees, Estado Novo, Diplomacy

## INTRODUÇÃO

O Golpe Militar que originou a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) estava inicialmente pensado para ser somente um pronunciamento rápido para colocar os rebeldes no poder. Consideravam-se diversas possíveis soluções políticas dentro deste golpe militar entre as quais derrubar o Governo republicano. Todavia, uma semana após o início do Golpe Militar (*Alzamiento*) em 17 de Julho de 1936, os rebeldes ainda não tinham tomado a capital espanhola, nem o Governo republicano tinha conseguido retorquir, de forma eficaz e organizada, o avanço dos nacionalistas. Este fracasso e insucesso, de ambos os lados, desencadeou a Guerra Civil.

A proximidade geográfica, entre Portugal e Espanha, influía diretamente com a estabilidade do Governo português, dada a envolvência política, social e económica entre ambos os países. António Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros do governo, sentindo-se ameaçado pelo Governo Republicano Espanhol, tentava garantir a sobrevivência do seu regime ditatorial. Nas vésperas da guerra civil espanhola dissuadia a entrada de elementos republicanos e comunistas em Portugal.

No momento em que o *Alzamiento* (golpe de estado) se desencadeou, o plano traçado pelo Governo português de se envolver ao lado dos sublevados foi claro, rápido

e preciso. Portugal começou a dar apoio material e logístico aos nacionalistas, o que foi um fator importante ao longo de toda a guerra civil. A fronteira terrestre portuguesa foi utilizada pelos nacionalistas para a passagem de bens alimentícios, dinheiro, medicamentos, vestuário e material bélico. Junto às fronteiras também se concentravam milhares de refugiados espanhóis que, para fugir à violência do movimento rebelde, atravessavam a fronteira para Portugal. O Estado português foi o único país do mundo que ajudou e sustentou desde o início do conflito, através da sua fronteira terrestre, os apoiantes nacionalistas, assumindo um comportamento pro-rebelde. Nenhum outro país europeu ficaria, tão afetado politicamente com o desenrolar da guerra civil espanhola como Portugal.

Foram importantes estes dois fatos; com o início da guerra civil a maior comunidade estrangeira em Espanha era portuguesa. Portugal era o país que detinha uma extensa, se não a maior, rede consular em Espanha.

Ao longo deste processo, de envolvimento do Governo português na Guerra, os diplomatas tiveram um papel determinante. Enviavam correspondência detalhada e esclarecedora para Lisboa sobre as movimentações na fronteira luso-espanhola. É de realçar que o regime político espanhol, desde a implantação da II República espanhola, era adverso a Portugal (com mais pertinência a partir das eleições ganhas pela Frente Popular em Fevereiro de 1936), pelo que era essencial que o Governo português tivesse informação diplomática sobre qualquer movimentação ou acontecimento que ameaçassem o seu regime.

Este artigo pretende explorar as informações inéditas comunicadas pelos diplomatas sobre as movimentações fronteiriças, no contexto do total apoio de Portugal aos nacionalistas. Utiliza um conjunto de originais documentos diplomáticos lusos sobre os acontecimentos fronteiriços, onde também se relata a visão e posição dos cônsules sobre as actividades locais. Esta documentação desenvolve um novo enfoque da informação sobre as movimentações na fronteira, contribuindo para a tomada de conhecimento de Lisboa, dos acontecimentos nessas zonas.

Em relação às obras que estudam a influência portuguesa na Guerra Civil de Espanha, e mais concretamente no apoio do Governo português aos sublevados e as relações das populações portuguesas e espanhola na fronteira luso-espanhola, destaco os

trabalhos pioneiros de Iva Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, (1982) e a tese de Doutoramento do historiador César de Oliveira, sobre a participação do Governo português na guerra civil (editada em 1988 com o título, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*). Tanto Delgado (1982) como Oliveira (1988) referem a importância das atividades fronteiriças e a violência exercida contra os refugiados espanhóis, pelo que é importante uma análise detalhada deste tema. Com maior enfoque na fronteira luso-espanhola e com pano de fundo e evidencia as regiões do Alentejo e Extremadura, realço as obras de Dulce Simões (2017), *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*; Moisés Lopes (2017), *Os Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*; Maria Fernanda Sande Candeias (1997), *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha, Vigilância e Fiscalização das Provoações Fronteiriças*; Fabio Faria (2017, 2021), *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)* e *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*. Aponto os trabalhos sobre os acontecimentos na fronteira luso-galega de Ángel Rodríguez Gallardo (2004, 2017), *Entre Brandas e inverneiras: Refugiados e guerra civil na frontera entre Ourense e Portugal*, e *Un modelo poco explorado de refugiado político: gallegos en Portugal durante la Guerra Civil Española*. Analisando as obras previamente citadas, concluo que existe um vácuo no estudo da documentação diplomática portuguesa durante a guerra civil espanhola sobre os acontecimentos nas zonas fronteiriças, uma região muito sensível ao longo do conflito. Este artigo pretende dar voz aos diplomatas e valorizar o seu papel, num momento em que a tecnologia para emitir informações era escassa e rudimentar. Não existem obras que analisem de uma forma sistemática e focalizada a correspondência diplomática portuguesa sobre as movimentações na fronteira luso-espanhola durante os anos da Guerra Civil.

Este artigo complementa as obras anteriores com informações inéditas e específicas sobre o apoio, explícito e indireto, do Governo Luso aos rebeldes. A exposição de variada correspondência diplomática enfocada nas operações fronteiriças e nunca publicada nesse contexto, vão certamente dar mais luz sobre o assunto e avançar no conhecimento sobre a temática da relação luso-espanhola.

A primordial fonte de informação utilizada foi o arquivo diplomático luso. Entende-se por “arquivo diplomático” as evidências escritas das negociações,

atividades e transações de diplomatas<sup>1</sup>. Utilizou-se o Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE) em Lisboa. O AHD possui um grande acervo de correspondência diplomática entre os diplomatas portugueses e o Governo português. A metodologia utilizada foi a seleção de documentos entre 1936 e 1939 que contivessem informação sobre as movimentações na fronteira Portugal-Espanha, do corpo diplomático português residente em Espanha. Foi selecionada a rede consular das comunidades espanholas que têm fronteira com Portugal: Galiza, Castela e Leão, Extremadura e Andaluzia. Foram extraídas e analisadas informações consulares dos seguintes consulados portugueses; Galiza (Vigo e Orense), Castela e Leão (Salamanca), Extremadura (Badajoz) e Andaluzia (Ayamonte, Huelva, Sevilha). Foi, ainda, analisada informação de Londres por parte do Embaixador Armindo Monteiro. Na documentação selecionada foram incluídos ofícios, telegramas e excertos de jornais, que foram emitidos pelos cônsules portugueses em Espanha e no exterior da Península Ibérica. Os conteúdos da correspondência apresentam elementos políticos, históricos, sociais e económicos.

### A IMPORTÂNCIA DA CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA LUSA

Se Portugal estava comprometido com o início do conflito espanhol, os diplomatas lusos também iriam seguir esse caminho. Existiram relevantes informações diplomáticas enviadas, fundamentalmente, pelos cônsules lusos relativas à guerra civil espanhola ao Governo luso. A qualidade da correspondência diplomática, enviada pelo corpo diplomata luso em Espanha, era uma realidade.

O Governo português realça de forma clara as suas conveniências na guerra civil espanhola; *Os seus interesses na península não são comparáveis aos de qualquer outra potência*<sup>2</sup>. Logo, o envolvimento português foi rápido e eficaz. Não havia nenhum Governo ou povo do mundo mais envolvido que o português na guerra civil espanhola. Segundo Paul Preston;

---

<sup>1</sup> Meredith B. Colket, “The Inviolability of Diplomatic Archives.” *The American Archivist*, vol. 8, no. 1, 1945, 26–49. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/40288422>. Accessed 22 Sep. 2022.

<sup>2</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício Declaração feita pelo Governo português a 11 de Dezembro de 1936.

*O povo irlandês estava intimamente comprometido quer emocionalmente e politicamente do que qualquer outro povo no mundo, com a possível exceção dos portugueses, no conflito espanhol*<sup>3</sup>.

Para Burgos Madroñero, a rede consular portuguesa em Espanha, sobretudo com os Cônsules António de Cértima, em Sevilha, Vasco Sousa Pereira, em Badajoz, e Freitas Barjona em Tânger possuíam “*capacidad y lealtad a Salazar, además de un rigor histórico, no exento de crítica ante lo que ocurría en España incluso no demostrando en determinados momentos su simpatía por los sublevados*”. Ao contrário, as comunicações dos Vice-cônsules continham informações de menor relevância, “*informes en general algo más flojos, dado que generalmente eran españoles, hasta cierto punto no comprometidos con Portugal, renunciando a dicha colaboración con Portugal y eligiendo el bando fiel a la República*”.<sup>4</sup>

Foi célere a posição, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros e através do seu Secretario Geral Teixeira de Sampaio, em obter informações diplomáticas no início do conflito espanhol. Solicitava-se, urgentemente, informações dos postos diplomáticos portugueses. Para Soares de Oliveira, Madrid, Tânger, Londres, Praga e Paris foram os locais que forneceram informações mais significativas.

Um exemplo da rapidez e qualidade do envio de informação diplomática está patente na Embaixada lusa em Madrid. No dia 18 de Julho, a Embaixada que foi informada, através do Governo republicano, que o General Sanjurjo iria tomar ações contra o Governo republicano;

*Um telegrama da Embaixada de Portugal em Madrid informa no dia 18 de Julho que General Sanjurjo vai sair de avião de Alverca, hoje, às 3h00 a caminho do Norte de Africa, dirigir levantamento contra o Governo espanhol. Pede-me Ministro de Estado, Governo português para impedir tal coisa.*

---

<sup>3</sup> Paul Preston e Ann Mackenzie, *The Republic Besieged, Civil War em Spain 1936-1939, Battleground of Reputations: Ireland and the Spanish Civil War*, (Edinburgh, Edinburgh University Press, 1996): 120-121.

<sup>4</sup> Manuel Burgos Madroñero, “Crónicas portuguesas de la guerra civil de España. Los informes del Vicecónsul portugués en Fernando Poo ,14 de Agosto-31 de Octubre de 1936”, *Aldaba*, nº 31, (2001): 90.

*Ministro de Estado disse-me desta situação e pede com urgência às autoridades portuguesas para evitar. General Sanjurjo, Chefe do movimento militar*<sup>5</sup>.

Outro exemplo, das pertinentes informações diplomáticas, foi a indecisão e hesitação, de Portugal, para a sua admissão no Acordo de Não-Intervenção que possuía uma estratégia clara com a conquista de Badajoz e o seu apoio aos rebeldes; *“Recorrendo a pedidos de esclarecimentos prévios, a diplomacia portuguesa ganhou 19 dias, o tempo suficiente para municiar as forças rebeldes e permitir a Franco expulsar os republicanos na raia portuguesa”*<sup>6</sup>.

Neste sentido os diplomatas lusos foram mais comprometidos, rápidos, presentes e esclarecedores que os seus congéneres europeus e mundiais. Em comparação com outros países envolvidos, direta ou indiretamente, no conflito espanhol os diplomatas lusos perceberam a utilidade da correspondência diplomática pois estava em jogo a sua própria sobrevivência política e do Governo que representavam.

Ao contrário de Portugal, as comunicações diplomáticas de outros países eram deficientes, não atempadas ou confusas. A informação italiana, por exemplo, era tida como confusa e distorcida. O Embaixador Orazio Pedrazzi <sup>7</sup> e a sua equipa não estavam na capital espanhola, deslocaram-se a San Sebastian para as férias de Verão, e não conseguiram certificarem-se dos inúmeros acontecimentos que se lavravam em Espanha. No dia 18 de Julho, o Embaixador italiano em Espanha enviou um telegrama para Roma a informar dos acontecimentos em Marrocos e dos distúrbios em Madrid e Pamplona. Uma comunicação mais profunda, do embaixador italiano Pedrazzi, enviado por correio no dia 18, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Itália, foi de pouca ajuda. Pedrazzi não estava preparado para comprometer uma opinião sobre as possibilidades de êxito dos nacionalistas. Concluía que *“qualquer que seja o resultado, a Espanha está entrando em um período de graves e violentas convulsões”*. Passados cinco dias do *Alzamiento*, o Governo italiano ainda não continha informações seguras e fidedignas sobre a situação em território espanhol. Perante essas circunstâncias o líder fascista

---

<sup>5</sup> Luis Soares Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*. (Lisboa: Prefácio, 2009): 83.

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>7</sup> Embaixador italiano em Espanha a partir de 26 de Julho de 1935.

italiano e o Rei Victor Emanuel permaneciam cautelosos em avançar para qualquer orientação ou ação em Espanha<sup>8</sup>.

Com respeito à Alemanha, a Embaixada alemã, só a 23 de Julho, escreveu o primeiro relatório pelo conselheiro Schwendemann, sobre o golpe de estado praticado pelos rebeldes e a sua falta de estratégia e de objetivos:

*Escassa unidade de objetivos e de ideologia dos nacionalistas, uma estreita união da monarquia e do fascismo, junto a uma ausência de um verdadeiro caudilho e de um programa social que abarque grandes sectores da população, não permitiu que aquele movimento se possa converter em um movimento popular.*<sup>9</sup>

Em comparação, o Governo americano também demorou tempo em reagir e obter informações sobre o conflito espanhol. Se o Governo português no dia 18 de Julho já tinha uma estratégia política para afrontar o golpe de estado, tendo acesso a informações do que estava a acontecer da sua rede consular em Espanha. Só no dia 5 de Agosto de 1936, o Secretario de Estado Norte americano Hull reunia com os seus assessores para clarificar a política que o Governo norte americano pretendia seguir em Espanha. E posteriormente, apenas a 7 de Agosto foi enviada pelo Governo norte americano uma comunicação política à Embaixada em Madrid, a todos os consulados em Espanha, a Tânger e Lisboa.<sup>10</sup> O Embaixador norte americano Claude Bowers estava em férias, no momento do golpe militar, e foi o número dois da Embaixada norte americana em Espanha, Hallet Johnson, que enviava as informações sobre o estado dos acontecimentos. A demora de envio de informações do Embaixador norte americano em Espanha, Claude Bowers, foi evidente. O Presidente norte americano recebeu a primeira carta de Bowers, seu amigo, a princípios de Setembro, e as informações enviadas possuíam informações erróneas. A carta foi enviada no dia 26 de Agosto de 1936 desde o território fronteiriço francês Hendaya. Relatava que muitas informações facultas pela

---

<sup>8</sup> John F. Coverdale, *Italian Intervention in the Spanish Civil War*. (Princeton: Princeton University Press, 2016): 68-69.

<sup>9</sup> Schwendemann al Ministerio de Exteriores, 23 de julio de 1936 em Bernecker, Walther L., La intervención alemana en la guerra civil española., *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V. Historia Contemporánea*, tomo V, (1992): 80-81.

<sup>10</sup> Antonio Marquina Barrio. *Estados Unidos y la Guerra Civil de España. UNISCI Discussion, Papers* nº 11, (2006): 273.



imprensa eram falsas. Descrevia ainda o papel de Manuel Azaña, um grande político de Espanha e da Europa. Contudo, não referia que não possuía informações de um eventual golpe de estado e sustentava-se na informação do Conde de Romanones que a conspiração estava em curso após as eleições de 1936. Na sua opinião, se os nacionalistas saíssem vitoriosos seria suprimido o Governo parlamentar, as garantias constitucionais e seria eliminada a liberdade de imprensa e de expressão, ou seja, Espanha retornaria ao século XVI. O perigo de uma expansão comunista como resposta ao avance nacionalista era possível. Bowers defendia que o Governo republicano deveria atuar conforme a lei e respeitar, de forma rigorosa, os direitos dos acusados no caso de serem condenados e executados. O Embaixador refere que os Estados Unidos não deviam intervir em Espanha e deviam proteger os seus interesses e os seus cidadãos. Por último, refere que a sua afinidade está com o Governo da República e os nacionalistas são o género de forças que fariam oposição à Administração de Roosevelt<sup>11</sup>.

No que concerne a Inglaterra, desde o *Alzamiento* que o Governo inglês recebia informações sobre ambos os lados do conflito. A Embaixada inglesa em Madrid tinha conhecimento que “*não existia nenhum governo. De um lado atuavam as forças militar e de o outro lado um Soviet virtual*”. O Comandante de Gibraltar advertia; “*Se as forças do governo, que são particamente comunistas, ganham a partida pode apresentar perigo para os súbditos britânicos*”<sup>12</sup>.

Soares de Oliveira considerava, todavia, que o *Foreign Office* recebia pouca e deficiente informação sobre o conflito espanhol. Seria resultado da situação provocada pelo Embaixador inglês, que estava em Hendaya, onde havia obstáculos para uma comunicação fluída e precisa sobre os acontecimentos em território espanhol. Por outro lado, o Almirantado Inglês detinha informações mais precisas devido ao fato de se receber de Gibraltar<sup>13</sup>.

No entanto, para Preston, as informações dos diplomatas ingleses, em território espanhol, eram de grande utilidade:

---

<sup>11</sup> Idem, pp. 275 a 277.

<sup>12</sup> Enrique Moradiellos García, “La política británica ante la guerra civil española”, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, tomo V, (1992): 187.

<sup>13</sup> Luis Soares Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*. (Lisboa: Prefácio, 2009): 71-72.

*A política britânica relativamente a Espanha alimentava-se das informações do embaixador, é óbvio, e dos cônsules. Estes eram muito pró-franquistas, o que os levava a enviar relatórios exageradamente favoráveis aos militares, que eram uns santos, pelo menos uns cavalheiros muito respeitáveis... Negavam totalmente que houvesse repressão da parte dos militares e exageravam muito a repressão da parte da “população”. Isso influenciava muito a política britânica [...]*<sup>14</sup>.

Segundo o historiador Ángel Viñas houve dificuldade por parte da União Soviética de obter informações sobre o que se passava em Espanha. Foi necessário abrir uma Embaixada em Madrid com agentes do GRU encobertos (Vladimir Gorev e I. Winzer foram alguns desses elementos).<sup>15</sup> Entre 21 de Agosto e 1 de Outubro foi posta em marcha, a máquina soviética, no sentido de se aproximarem dos republicanos e colocarem-se como aliados. Marcel Rosenberg foi indicado pelo Kremlin como Embaixador na capital espanhola. Rosenberg foi acompanhado com um grande número de colaboradores militares e económicos que chegariam antes do mês de Agosto terminar. A indicação de Vladimir Antonov-Ovseenko, como Cônsul-Geral em Barcelona, foi realizada em finais de Setembro de 1936.<sup>16</sup>

Conclui-se que a comunicação diplomática portuguesa, ao contrário da de outros países, teve uma resposta imediata de informação dos acontecimentos fronteiriços. Relatava as ocorrências locais e antecipava diversas situações, desde o início do conflito.

## **A POSIÇÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES NA FRONTEIRA LUSO-ESPAÑHOLA**

A fronteira marca uma divisão simbólica e é considerada uma entidade de carácter abstrato onde impõe limites, quer do país ou estado, no território e na esfera jurisdicional. A fronteira impõe uma clara divisão da cultura, identidade e mentalidade nacional como nos Estados ou sistemas políticos. Como González Calleja afirma;

---

<sup>14</sup> Paul Preston, em revista *Actual* do jornal *Expresso*, (2007): 56-57.

<sup>15</sup> Ángel Viñas Martín, La decisión de Stalin de ayudar a la Republica: un aspecto controvertido en la historiografía de la Guerra Civil. *Historia y Política: Ideas, procesos y movimientos sociales*, nº 16, (2006): 77.

<sup>16</sup> Daniel Kowalskyl, “La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales”, *Ayer*, nº 56, (2004): 98-99.

*Pero la frontera es también un hecho físico ineludible: enclave fiscal y comercial (aduanas), demarcación geográfica cartografiable y limes defensivo más o menos estabilizado, ya que, como quintaesencia del ejercicio de su poder, todo Estado se ve obligado a «hacer frontera» y fortificarla para garantizar la defensa de su territorio frente a eventuales enemigo<sup>17</sup>.*

A fronteira entre Portugal e Espanha é considerada uma das mais antigas da Europa e com a maior estabilidade, em termos geográficos e físicos. Com D. Dinis, a fronteira luso-espanhola marca o carácter linguístico diferenciador do reino de Castela e dos outros reinos que estavam estabelecidos na Península Ibérica<sup>18</sup>.

Na Raia, denominada a zona fronteiriça entre Portugal e Espanha, os habitantes são conhecidos como raianos. A povoação desta zona costuma ter uma postura insólita perante uma agressão real ou imaginária onde se esquecem as diferenças, unindo-se e criando elos de união frente a um inimigo comum<sup>19</sup>. Pois, nesta região, *compartem-se a economia, história e cultura de ambos os países*.

A região raiana é constituída por diminutas povoações, principalmente, em território luso. Esta região é, sem dúvida, a menos desenvolvida de Portugal e de Espanha, dado que a meados no século XX houve uma desertificação destas zonas, com migrações para os centros industriais de ambos os países e também para o estrangeiro<sup>20</sup>.

Com o eclodir da guerra civil viviam e trabalhavam em Espanha vários milhares de portugueses. Trabalhavam nas minas de Rio Tinto e nas minas das Astúrias. Estavam igualmente estabelecidos nas zonas fronteiriças de Andaluzia e Galiza. Também

---

<sup>17</sup> Eduardo González Calleja, “La Frontera como Protagonista histórico, Observaciones sobre la emigración y la resistencia políticas en la primera etapa de la Restauración (1875-1900), (1997)”, *Éxils et Migrations Hispaniques au XX<sup>e</sup> Siècle/Exilios y Migraciones Ibéricas en el siglo XX*, nº 3/4, (1997): 14.

<sup>18</sup> Maria Regina Mongiardim, *Fronteira luso-espanhola, em Pereira Coutinho, Francisco e Kowalski, Mateus (orgs.), As Fronteira luso-espanhola das questões de soberania aos fatores de União*, Lisboa: Instituto Diplomático Ministério dos Negócios Estrangeiros, (2004): 27.

<sup>19</sup> Ángel Rodríguez Gallardo, “Un modelo poco explorado de refugiado político: gallegos en Portugal durante la Guerra Civil Española y la primera posguerra”, em Katarzyna Stokosa e, Gerhard Besier (eds.), *European Border Regions in Comparison. Overcoming Nationalistic or Re-Nationalization*, New York: Routledge, (2014): 19-38.

<sup>20</sup> Idem, p. 29.

trabalhavam nas minas de Ponferrada, muitos eram operários em Madrid, assalariados rurais, corticeiros em Andaluzia e trabalhadores marítimos nos portos do Sul<sup>21</sup>.

Durante o conflito, a fronteira luso-espanhola foi a zona onde mais se observaram movimentações de apoio de Portugal aos nacionalistas, o que teve um papel relevante no desenrolar/desfecho da guerra. O início do conflito e a tomada de posição de Portugal abriu vários caminhos de apoio e colaboração das autoridades portuguesas a favor dos nacionalistas. O território luso foi usado para o envio de material militar, apoio logístico, alimentar, financeiro, humano<sup>22</sup> e diplomático. Sendo que muito deste apoio material e logístico foi enviado pelas fronteiras.

O material que era transportado pela fronteira terrestre portuguesa era fundamentalmente material bélico. Foram enviados fulminantes, cartuchos, munições diversas, pólvora e dinamite, metralhadoras, granadas e outras munições para armas de guerra. Esta ajuda foi decisiva enquanto a Extremadura e Badajoz estavam em poder dos esquerdistas.<sup>23</sup> Nota-se, ainda, que muitos bens de consumo como têxteis, calçado, alimentos, tabaco, medicamentos e viaturas eram fabricados ou transportados desde Portugal para a Espanha sublevada<sup>24</sup>.

Durante a conflagração, houve escassez de mercadorias e alimentos em Espanha. Portugal foi o principal abastecedor e intermediário de alimentos aos nacionalistas por meio da fronteira. Mesmo depois de finalizada a guerra continuou com esse papel de forma legal ou ilegal, fornecendo *harina, pan blanco e huesos salados*<sup>25</sup>.

Observou-se uma forte cooperação entre as autoridades portuguesas e os nacionalistas no controlo e vigilância da fronteira luso-espanhola, nomeadamente, a partir do final de Julho de 1936. As autoridades portuguesas perseguiram os elementos

---

<sup>21</sup> Antonio Simões Simões do Paço (ed.-coord.), *1936-1939: Salazar, retaguarda de Franco*, (Lisboa: Planeta DeAgostini, 2008): 23.

<sup>22</sup> *Os Viriatos* foram a participação militar portuguesa a favor dos sublevados, com aproximadamente 15.000 soldados, e integraram diferentes corpos militares, estiveram nas Bandeiras da *Legion*, nas milícias da Falange e dos Requetés, nas unidades regulares do exército e nos serviços de saúde.

<sup>23</sup> Pedro Ramos Brandão, “Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio. La clave”. *La Aventura de la Historia*, nº 95, septiembre (2006): 28.

<sup>24</sup> André Oliveira, *A política Externa Portuguesa na Guerra Civil de Espanha*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, (2014): 86.

<sup>25</sup> Eusebio Medina García, *Contrabando en la Frontera de Portugal; Orígenes, estructuras, conflicto y cambio social*, Tesis de Doctorado, Universidad Complutense de Madrid, (2001): 153.

republicanos, em Portugal, e entregavam-nos aos rebeldes espanhóis. Existiu um verdadeiro esforço das autoridades lusas para impedir e condicionar a entrada em Portugal de espanhóis que apoiavam a República espanhola, com receio de que a introdução e o alastrar de ideias políticas e ideologicamente subversivas, fossem levadas a cabo em Portugal. Muitos destes refugiados entraram em território luso porque tiveram diversos apoios: de outros espanhóis que viviam em Portugal, de militares e civis portugueses<sup>26</sup>.

### **CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES NA FRONTEIRA LUSO-ESPAÑHOLA: PASSAGEM DE MATERIAL E PESSOAS**

Portugal, ao ceder o seu território para o trânsito de tropas, material sanitário, alimentação, passagem de colunas de abastecimento e contactos de toda a ordem, dava aos nacionalistas uma sólida retaguarda.

As vias-férreas e as estradas foram meios importantes para que todo o tipo de materiais e pessoas (cidadãos portugueses e espanhóis) atravessassem a fronteira luso-espanhola.

As vias-férreas eram utilizadas para enviar material para os nacionalistas, muitas vezes em comboios fretados. Foi através dos caminhos de ferro portugueses que se abasteceram as tropas nacionalistas no Norte de Espanha. O General Mola recebeu os abastecimentos necessários, as munições e o material militar para resistir à contraofensiva republicana sobre Guadarrama. Os obstáculos com que o General Mola contou, a Norte de Espanha, foram resolvidos quando vieram reforços vindos da Alemanha nazi com ajuda de Lisboa.

Os caminhos de ferro portugueses foram de bastante utilidade para o transporte de material, essencialmente, militar. Foi descrito o envio desde Hamburgo, via porto de Lisboa, catorze aviões desmontados e colocados em 23 vagões de comboio com origem em Portugal e com destino a Sevilha: “*A chegada a Sevilha a 7 de Setembro de 1936 de*

---

<sup>26</sup> Fabio Faria, “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XLIII, (2017): 73-74.

*um comboio precedente de Portugal constituído por vinte e três vagões com caixotes contendo catorze aviões desmontados expedidos de Hamburgo*”<sup>27</sup>.

Por outro lado, as estradas que passavam pelas fronteiras portuguesas eram, igualmente, importantes para o trânsito de materiais para ajuda aos nacionalistas. Foi comunicada a cedência de camiões para envio de material bélico para os sublevados, através da fronteira do Minho e do Alentejo:

*O fornecimento de munições do depósito de Beirolas efectuando em camiões que se dirigiram à Galiza.*

*O trânsito através de várias cidades portuguesas (Évora, Elvas, Portalegre) de camiões com matrículas de Sevilha operação a cargo de um oficial espanhol - 8 e 9 de Agosto de 1936).*

*O envio de um carregamento de gases asfixiantes e outro material de guerra italiano de Lisboa para a fronteira espanhola (29 de Setembro de 1936)*<sup>28</sup>.

Uma comunicação do Consulado de Salamanca, reforça a importância das estradas para o apoio militar. A correspondência diplomática enuncia a entrada em Espanha pela fronteira alentejana, nas minas de São Domingos, de seis camionetas com material detonante. Também informa acerca do envio de material bélico pelas fronteiras do Algarve e do Minho:

*El día 30 de abril, por el paso fronterizo inmediato a las Minas de Santo Domingo, entraron en España seis camionetas abarrotadas de dinamita, después de haber sostenido sus conductores una violenta disputa con los guardias fiscales, que se oponían a la salida de los vehículos, “por no haber recibido el aviso de la autoridad competente”.*

*Por Villa Real de San Antonio continuán pasando enormes cantidades de dinamita pretextando que es destinada al trabajo en las minas de Rio Tinto. Además, se envían camionetas con carga de espoletas, por lo que es ingenuo el asegurar que es material para dicha zona minera española. Por el rio Guadiana, en el puerto de La Lage (puerto fluvial español) se desembarcan grandes cargamentos de material de guerra para los fascistas españoles.*

*Desde la fábrica de Trafaria, propiedad de la Unión Española de Explosivos, salieron: el día 4 de mayo, cuatro camiones con dinamita, dos para Huelva y dos para Orense; el día 6, y el día 8, igual cantidad y para el mismo*

---

<sup>27</sup> “Dez Anos de Política Externa”, vol. III: 484-494, em Iva Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, (Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1982): 107-108.

<sup>28</sup> Idem, *Ibidem*.

*destino [...] Los policias que custodian estos cargamentos van vestidos de paisanos y armados com fusiles ametralladores*<sup>29</sup>.

Também a Embaixada alemã declara a relevância das estradas portuguesas e da fronteira luso-espanhola para a ajuda aos nacionalistas, ao facultar informações sobre o envio de munições com destino a Sevilha e Burgos: “*Fontes fidedignas informaram-me que ele mesmo autorizou o trânsito por território português de um transporte de munições de Sevilha a Burgos antes da tomada de Badajoz*”.<sup>30</sup> Depois do material militar chegar ao porto de Lisboa os camiões transportavam esse material para Badajoz e Salamanca.<sup>31</sup> Material que chegava de navios alemães e rapidamente era expedido por camiões, neste caso pelas fronteiras do Alentejo e da Beira: “*Foi hoje transportado para Badajoz e Salamanca vinte e três camiões*”<sup>32</sup>.

A imprensa catalã evidencia o uso fronteiriço para envio de material, com a expedição de gasolina para a Extremadura para abastecer os nacionalistas: “*En la madrugada del dia 9 marcharon hacia Badajoz siete vagones- cisternas de gasolina, que fué recogida en los depósitos de de la Vaccun Oil Company, de Alcántara- Terra a Braço da Prata, donde, a las doce y cuarto de la noche siguió a Badajoz*”<sup>33</sup>.

Em algumas zonas, a fronteira serviu como uma importante base de ajuda alimentar, como foi o caso de Huelva, que foi utilizada para a passagem de variados géneros alimentícios. O Cônsul de Huelva, algumas semanas após o golpe militar, relata a importância de Portugal no fornecimento de alimentos aos nacionalistas: “*O peixe começa a faltar. Outros géneros porem veem de Portugal. Se não fosse o nosso paiz aqui não haveria actualmente ovos, batatas, café, bacalhau. O nosso mercado é que*

---

<sup>29</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/06/1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16 de Junho de 1937.

<sup>30</sup> Pedro Ramos Brandão, “Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio. La clave”. *La Aventura de la Historia*, nº 95, septiembre (2006): 29-30.

<sup>31</sup> *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, vol. V, (Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967):426 e 429.

<sup>32</sup> Teresa Mesquitela, “A Guerra Civil de Espanha”. *Historia*, nº 71, (1984): 21.

<sup>33</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/06/1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16 de Junho de 1937.

está abastecendo esta cidade”<sup>34</sup>. A pressão governamental resultava na falta de peixe e de outros alimentos nas zonas de Huelva controlada pelos nacionalistas, requisitando-se, por isso, o apoio de Portugal:

*Por el miedo de que los navios de guerra gubernamentales continúen realizando tales capturas, los barcos de pesca decidieron no volver al mar. El pescado y algunas sustancias empiezan a faltar. Para evitarlo, el día de hoy partió para Portugal una comisión presidida por el Alcalde, que va a tratar con los comerciantes y autoridades portuguesas la provisión de pescado y alimentos, especialmente patatas, huevos, cuya falta se hace sentir. El Gobernador Civil dió instrucciones a la aduana de Ayamonte para que queden exentos de derechos de importación cualquier mercadería que venga de Portugal para el abastecimiento de esta población*<sup>35</sup>.

Com a existência de escassez de alimentos, nomeadamente peixe, na região de Huelva, foi solicitado a Portugal autorização para pescar em águas portuguesas, de forma a não agravar a falta de alimentos na zona. A carência de alimentos foi mais visível na região de Huelva porque nas semanas da rebelião havia muita pressão dos barcos republicanos, o que dificultava a ação dos pescadores da zona nacionalista:

*Autoridades militares Ayamonte e Isla Cristina pedem solicite Governo autorización para barcos espanhóis matriculados nestas capitánias pescarem nossas aguas temporariamente visto submarinos Governo Madrid capturar dois barcos pesca dada importante soma homens sem trabalho que não saem receio serem presos no mar fica Andaluzia e Extremadura sem peixe agravando assim crise local garantem autoridades que o pescado se destina somente consumo fresco encarecidamente apelam com urgência nobreza Governo Portugal*<sup>36</sup>.

Para além do peixe, o arroz também foi um alimento muito requisitado pelos nacionalistas. Foi comunicado pelo jornal catalão *El Diluvio* em Junho de 1937, o massivo fornecimento de arroz de Lisboa para Badajoz: “Desde la Aduana de Lisboa el día 5 de mayo se efectuaron con destino a Badajoz, exento del pago de todo arancel, mil sacos de arroz, que ocupaba siete vagones de ferrocarril”<sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício enviado pelo Cônsul de Huelva com destino ao MNE em 1/09/1936, pp. 2-4.

<sup>35</sup> Manuel Burgos Madroñero, “Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936. Los informes consulares de Andalucía y Extremadura”, *Estudios Regionales* nº 15-16, (1985-1986): 461.

<sup>36</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Telegrama do Consulado Português em Ayamonte para Lisboa a 8/08/1936.

<sup>37</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/6/ 1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16 de Junho de 1937.



O abastecimento de géneros alimentícios tinha o apoio da população portuguesa. No mês de Março de 1937, foi enviado “um comboio de auxilio”, com contribuições em dinheiro e em géneros alimentícios (feijão, milho, vinho, roupas), fornecidos pela população da região da Figueira da Foz, em particular pelas suas freguesias rurais<sup>38</sup>.

Adicionalmente aos alimentos, também foi referenciado o envio de fardamento militar para os rebeldes. Mencionou o Cônsul português, na cidade de Vigo, a incapacidade dos nacionalistas de produzirem fardas, pelo que foi solicitado um pedido de ajuda a Portugal. Seguiram por camiões, pela fronteira de Valença do Minho, para 8.000 soldados nacionalistas que se dirigiam às Astúrias para uso militar:

*Há cerca de um mês o General Comandante da 8º Divisão encontrou-se com oito mil soldados prontos a marchar para qualquer das frentes de batalha e não tinha com que os vestir; Resolveu nomear uma comissão que voluntariamente oferecesse a Divisão os fardamentos indispensáveis: Essa Comissão ficou presidida pelo Alcaide da Corunha e não existindo nesta região fabricas que podessem satisfazer a encomenda, dirigiu-se a Portugal e aí conseguir que rapidamente fosse entregue todo o vestuário.*

*Chegou á fronteira de Valença a primeira remessa e passou para Espanha, sem inconveniente, visto que se tratava de vestuário para os feridos nacionalistas.*

*Veio a segunda remessa e a Alfandega de Valença não consentiu a saída sem uma licença especial. O Snr. General Lombart mandou um membro da Comissão procurar-me afim de pedir a minha intervenção particular para que, ao menos essa remessa, viesse imediatamente para a Corunha de forma que cinco mil homens podessem seguir com a maior urgência para as Astúrias. Fui a Valença pedir ao Snr. Director do Posto de Alfandega as possíveis facilidades e, em vista das ordens que tinha, este funcionário muito amavelmente, foi ao Porto procurar o Snr. Director da Alfandega, mas regressou sem ter autorização para deixar seguir a mercadoria.*

*Durante essa noite os camiões passaram a fronteira e posso afirmar a V. Exa. que a situação nas Astúrias teria sido muito grave se esses cinco mil homens não tivessem podido marchar para a frente, dentro dessas 48 horas. Estes factos deram-se há já algum tempo, mas informaram-se que se repetiu ante-ontem a mesma dificuldade, resolvida pela mesma forma. Como também me consta que existe qualquer atrito entre autoridades portuguesas derivado destes acontecimentos, julgo-me no dever de informar V. Exa. que se trata de uma compra feita directamente pelo Comando da Divisão mas que, apenas pelas circunstancias da politica internacional apareceram o menos possível entidades*

---

<sup>38</sup> O Figueirense, 18/03/1937 em Irene Vaquinhas, “Em fuga da guerra civil: refugiados espanhóis na Figueira da Foz (1936-1939)”, Coimbra. *Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, (2015): 20.

*oficiais, sendo tudo tratado por comerciantes da maior respeitabilidade e isenção*<sup>39</sup>.

## **CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES NA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA DURANTE O ACORDO DE NÃO INTERVENÇÃO**

Durante o acordo de não intervenção, Portugal sofreu pressões para não ajudar os nacionalistas, todavia, em Dezembro de 1936, o Governo português, declarava o seu reduzido interesse em participar na fiscalização das fronteiras portuguesas “*Não poderia, porém, comprometer-se a suas leis internas por outros que não sejam as legítimas autoridades portuguesas fazer-se substituir na fiscalização das fronteiras*”<sup>40</sup>.

No entanto, no dia 8 de Março de 1937, no contexto do acordo de não intervenção, realizou-se um pacto, entre Portugal e Inglaterra para vigiar e controlar as fronteiras portuguesas, através de observadores, 130 elementos britânicos<sup>41</sup>, de forma a limitar o apoio fronteiriço aos nacionalistas. Este acordo influenciava negativamente a estratégia do Governo português, o que era agravado pela sua entrada em vigor imediata.

Armindo Monteiro, sempre atento aos meandros da política interna inglesa, ao Comité de Londres e à relação luso-inglesa, informou o Governo português que Eden tinha comunicado, no parlamento inglês, que Portugal e Inglaterra tinham chegado a acordo com respeito aos observadores na fronteira luso-espanhola. Este telegrama é de dia 25 de Fevereiro, no entanto o acordo foi revelado no dia 8 de Março, o que quer dizer que já havia uma determinação sobre o acordo muitos dias antes:

*Ontem Parlamento Eden respondendo pergunta deputado declarou: chegou-se a um acordo entre Governo inglez e o Governo portuguez pelo qual cento trinta agente britanicos observarão aplicação do acordo de não*

---

<sup>39</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Ofício enviado pelo Cônsul de Vigo com destino ao MNE em 9/11/1936.

<sup>40</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Declaração feita pelo Governo português a 11 de Dezembro de 1936.

<sup>41</sup> Luis Soares Oliveira, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*. (Lisboa: Prefácio, 2009): 170.

*intervenção na fronteira hispano-portuguesa. Este acôrdo especial anglo-portuguez mas os detalhes finais do plano não lhe foram ainda submetidos*<sup>42</sup>.

Foi evidente a preocupação de Armindo Monteiro sobre o envolvimento da fronteira luso-espanhola durante o desenvolvimento da guerra civil espanhola. A fronteira terrestre podia ser uma escapatória caso a situação de Francisco Franco terminasse em derrota:

*Caso Franco obrigado a retirar, tinha duas saídas: para Marrocos ou sobre a fronteira portuguesa. A primeira hipótese é mais difícil e porventura encontraria resistencia da parte da França, fundada eu que poderia provocar na parte francesa; era preciso alem disso ter liberdade de movimentos no mar. Portanto o mais natural, e até o que a historia nos diz, é que ele, em caso de derrota, retirasse sobre a nossa fronteira. Não podemos ter duvidas sobre a gravidade das consequências para nós de uma vitória do pretenso Governo de Valencia. Far-nos-ia a guerra. A Russia deseja implantar os soviets não só na parte espanhola da península, mas em toda ela. De resto, somente assim o regime soviético instaurado na Espanha teria probabilidades de se manter.*<sup>43</sup>

Mesmo após o acordo entre Portugal e Inglaterra para uma maior vigilância da fronteira luso-espanhola, a sua reduzida vigilância e o apoio dado por Portugal aos nacionalistas, no quadro do Acordo de Não-Intervenção, foram criticados pela Espanha Republicana. Do posto Consular português, em Salamanca, foi remetido um ofício sobre uma notícia do jornal republicano *El Diluvio* onde enunciava críticas ao comportamento de Portugal na gestão da sua fronteira. Mais especificamente, foi referido que passava pela fronteira portuguesa, com destino à Espanha nacionalista, diverso material militar e géneros alimentícios. A questão que o *El Diluvio* colocou foi a não realização do controlo e vigilância nas fronteiras portuguesas com a conivência das autoridades lusas. Ou seja, os observadores onde muitos deles seriam britânicos, conforme o estabelecido no acordo de 8 de Março, estariam destacados para executar a vigilância da fronteira lusa e não estavam a realizar a sua função da forma acordada:

---

<sup>42</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Telegrama da Embaixada Portuguesa em Londres para Lisboa a 25/2/1937.

<sup>43</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Informação do Embaixador Armindo Monteiro da Embaixada Portuguesa em Londres com destino ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 10/5/1937, pp. 1-4.

Por não ter tido tempo de passá-la á máquina, não me é possível enviar hoje a V. Exa. Uma breve informação politica, neste momento já redigida. Desejaria contudo não demorar a remessa a essa Secretaria de Estado, a titulo informativo, do incluso recorte do jornal “El Diluvio”, de Barcelona, relativo a pretensas violações da neutralidade de Portugal perante a guerra de Espanha. Pode talvez não ser de todo inutil conhecerem-se aí as gratuitas afirmações daquele periodico extremista, o qual, se essas afirmações fossem verdadeiras, teria de certo alguns zelosos informadores em Portugal. Os ridiculos insultos que “El Diluvio” lança sobre quem tem a responsabilidade de dirigir a politica externa portuguesa –e que, vindos donde veem, não podem ferir quem quere que seja– não devem, evidentemente, coibir-me nas minhas informações para essa Secretaria de Estado.

Consta-me, de resto, apesar da dificuldade de se obter aqui jornaes da Espanha vermelha, cuja circulação está proibida, que aquela imprensa costuma dirigir violentos ataques contra Portugal e as figuras mais eminentes do seu governo. A violencia da linguagem –reflexo da violencia na acção– é aliás, como era de esperar, o tom corrente:

“Oliveira Salazar, al servicio del Vaticano y de Franco -El dictador de Portugal se burla del control y sigue abasteciendo descaradamente de armas, municiones y víveres a los fascistas de España- Por el camino del control -Oliveira Salazar sigue su camino sin preocupaciones ni temores. Recorre la ruta que le marcó el fascismo, sin titubeo alguno. Ni se oculta, ni ceja en su cooperación con los generales traidores de España.

Para él no existe más autoridad que las de Roma y Berlín, a las que sirve, ante las que se humilla y por las que no se detiene en comprometer los sagrados intereses del verdadero pueblo portugués. Se ríe del control, se burla de los que lo ejercen y desafía a todo el espíritu democrático de su país y del mundo. Pese a la vigilancia de los ‘contrôleurs’, los puertos y las fronteras lusitanas siguen al servicio del fascismo. De Norte a Sur, por todos los caminos que a España conducen, de día y de noche, convoyes llevan a Franco víveres, municiones, armas, cuanto pide y precisa para alimentar la hoguera en que se consume la juventud de España y donde se trata de ahogar la libertad del mundo entero [...] No obstante, los ‘visores’, ‘contrôleurs’ y delegados colocados a todo lo largo de la frontera, los agentes de Oliveira Salazar continúan mandando convoyes de material y víveres a los rebeldes”<sup>44</sup>.

Apontavam-se na imprensa espanhola diversas ilegalidades praticadas por Portugal. O jornal catalão *El Diluvio* sublinhava a cedência do território e da fronteira

<sup>44</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/06/1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16/06/1937.

portuguesa para a passagem de material militar, no dia 29 de Abril de 1937, não respeitando o Acordo de Não-Intervenção que estava em vigor desde finais de Agosto de 1936. A ajuda de Oliveira Salazar, aos nacionalistas, era demonstrada com a chegada ao porto de Lisboa, dos barcos *Staldeck* e *Laiveck*, com diverso material de guerra de origem Alemã:

*Veamos la lealtad, la honradez política, el respeto a sus compromisos y el honor que as su firma da el melifluo profesor de finanzas que sojuzga los destinos de Portugal.*

*Bombas, dinamita y otros explosivos para arrasar a España.*

*El día 29 de abril ingresaron en la Aduana de Lisboa, procedentes de Alemania y con destino al ministerio de la Guerra portugués, 842 bombas de avión 300 cajas de cartuchos cargados y 25 sin cargar... Todo ese material, que quedó registrado en los libros fiscales, fue trasladado a la frontera española. En esa misma fecha de Lisboa y por la estación del Rocío salieron, con destino a España, grandes cantidades de alambre de espino para trincheros y fortificaciones.*

*Dos días después, y descargados del vapor alemán “Staldeck”, pasaron por la Aduana lisboeta, destinados a la unión española de explosivos, diez mil sacos de nitrato de sodio. El vapor alemán “Laiveck” descargó en el puerto de Lisboa el día 10 cien barriles de trinitolaol, con un peso de cinco toneladas, que se enviaron a España, vía Sevilla<sup>45</sup>.*

## **CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA SOBRE AS MOVIMENTAÇÕES NA FRONTEIRA LUSO-ESPANHOLA: CRISE DE REFUGIADOS**

Em 1936, Oliveira Salazar, além da Presidência do Conselho, acumulou o Ministério da Guerra o que vai possibilitar edificar uma malha de vigilância e de controlo na fronteira portuguesa. Este conjunto de forças de vigilância incluíam o Exército, a Guarda Fiscal (GF), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e a Guarda Nacional República (GNR).<sup>46</sup> Com a

---

<sup>45</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Ofício do Consulado de Salamanca com destino a Lisboa a 29/06/1937, sobre a notícia publicada no *El Diluvio* de Barcelona em 16 de Junho de 1937.

<sup>46</sup> Dulce Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, (Lisboa, Edições Colibri, 2017): 150-151.

eclosão do conflito espanhol as forças policiais, GF, PSP, PVDE e a GNR eram insuficientes para controlar as fronteiras portuguesas e a entrada de refugiados em Portugal. Logo, a ajuda do exército foi importante para vigiar a extensa fronteira lusa<sup>47</sup>.

A PVDE detinha oito pontos de fronteira entre 1936 e 1939. Recolhia informações vindas das autoridades locais e regionais bem como o apoio das informações da União Nacional e da Legião Portuguesa. As principais etiquetas colocadas pela PVDE, com os motivos de detenção eram; “refugiado comunista”, “indocumentado e comunista”, “refugiado de Espanha”, “foragido político”, “suspeito de pertencer à Frente Popular” e por último “suspeito de pertencer às milícias comunista”. Nos finais de 1936 houve uma substituição das expressões estabelecidas anteriormente, que tinham conotação ideológica e política, pelas expressões; “emigração clandestina e indocumentado”, “suspeito” e “averiguações”<sup>48</sup>.

A GF foi a mais importante força policial a realizar a gestão das informações relativas a toda a zona fronteiriça. Tinha a função de observar e vigiar a linha de fronteira com a colaboração da PVDE<sup>49</sup>. A posição da GNR era vigiar os meios rurais e fiscalizar as ações das povoações nos locais perto da Fronteira<sup>50</sup>.

### **MOTIVOS DA ENTRADA DE REFUGIADOS ESPANHÓIS EM PORTUGAL: CORRESPONDÊNCIA DIPLOMÁTICA**

Ao longo da fronteira Alentejo/Extremadura havia zonas muito sensíveis e consideradas, de elevada tensão, devido aos acontecimentos militares em Espanha. Com o avance gradual e a conquista de cidades e povoações, pelas forças militares nacionalistas, houve uma fuga massiva de refugiados espanhóis, tanto militares como civis. Muitos destes refugiados entraram em Portugal o que, naturalmente, exerceu uma enorme pressão do lado fronteiriço português.

---

<sup>47</sup> Moisés Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em (História Moderna e Contemporânea, Universidade de Lisboa, 2017): 73-76.

<sup>48</sup> Idem, p. 72.

<sup>49</sup> Idem, pp. 73-76.

<sup>50</sup> Idem, p.72

Assim, as fronteiras portuguesas, com Espanha, sofreram muita pressão e houve vários pontos de tensão, essencialmente nas zonas de Alentejo/Extremadura, Minho/Galiza e Algarve/Andaluzia. A entrada de refugiados espanhóis em território português foi realizada com bastante regularidade desde Agosto até Novembro de 1936, abrangendo as zonas geográficas desde o Minho/Caminha até Algarve/Vila Real de Santo António.<sup>51</sup> Se no primeiro semestre, do ano de 1936, entravam em território português opositoristas do Governo republicano espanhol, a partir de 18 de Julho de 1936 eram os elementos republicanos que procuravam a entrada em território luso. Dentro desses elementos incluíam-se civis e membros das forças militarizadas como *Guardia de Asalto*, *Guardia Civil* e *Carabineros*<sup>52</sup>.

Ainda antes do Golpe de Estado de 18 de Julho de 1936 existiam posições, claras, dos Cônsules lusos sobre a utilização, por elementos de esquerda vindos de Espanha, da fronteira terrestre portuguesa e a sua permeabilidade. Sobre as movimentações de pessoas, na fronteira luso-espanhola, destacamos o Cônsul de Huelva que sublinha o perigo de propagação revolucionária que alastra por todos os trabalhadores e por toda a província. Comenta que esta dinâmica revolucionária pode estender-se a Portugal; “*E um conflito dessa natureza numa Província fronteiriça, também pode deixar algumas sementes, sempre prejudiciaes, debaixo de todos os pontos de vista*”<sup>53</sup>.

Também o Cônsul português em Sevilha, António Certima<sup>54</sup>, salienta a preocupação de Portugal perante as previsíveis incompatibilidades entre o regime político espanhol, de cariz republicano/comunista, e o Estado Novo português. Havia

---

<sup>51</sup> Dulce Simões, “Exilados e refugiados na Fronteira Luso-espanhola do baixo-Alentejo, nos Séculos XIX e XX”, *O Pelourinho Boletín de Relaciones Transfronterizas*, nº 22, (2018): 105.

<sup>52</sup> Moisés Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em (História Moderna e Contemporânea, Universidade de Lisboa, 2017): 66-67.

<sup>53</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, Processo 19/1936, Ofício de Riba Tâmega, Embaixador português em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, 8 de Junho de 1936, que inclui um ofício do Cônsul de Portugal em Huelva sobre a situação política e social no distrito consular, 17/04/1936.

<sup>54</sup> António Augusto Gomes Cruzeiro, diplomata e escritor português. Nasceu em Oliveira do Bairro em 1894 e faleceu em 1983. Cônsul de Portugal no Cairo em 1925, em Dacar em 1926 e em Sevilha até 1949. Foi uns dos mais prolíficos cônsules portugueses, enviava desde Sevilha bastantes comunicações dos acontecimentos, políticos e sociais, quer durante a II República e durante a guerra civil.

uma grande permeabilidade na fronteira entre os dois estados, estando apta à entrada de esquerdistas espanhóis em Portugal:

*Será supérfluo pretender acentuar o dano, senão já o perigo, que a actual politica espanhola representa para Portugal, de tal maneira os factos diários poêm em evidência esta circunstância. No que respeita a este distrito consular, as observações menos cuidadosas justificam todas as suspeitas que se possa ter a este respeito.*

*As autoridades locais, saídas das eleições onde teve o seu triunfo a aliança marxista da Frente Popular, e constituídas, em grande parte, pelos membros de maior prestigio revolucionário do partido comunista certamente que não poderão conceder a menor simpatia à politica portuguesa do Estado Novo. Por conseguinte, tudo quanto represente um ataque ou um acto capaz de causar prejuízo á nossa política interior encontrará um apoio caloroso por parte destas mesmas autoridades.*

*O conhecimento perfeito desta posição agressiva, leva-me a colocar dentro duma cuidadosa circunspecção, grave sem deixar de ser delicada, as relações deste Consulado com os actuais representantes o Estado.*

*Existindo nesta região, como atravez das regiões fronteiriças de toda a Espanha, alguns centos de portugueses, sem trabalho uns por amor à vadiagem ou ainda por expatriação voluntária causada por questões políticas e sociais, e todos os aptos a aderirem a qualquer obra de captação revolucionária, fácil é de prever a protecção que lhes será dispensada tanto por parte das referidas autoridades, como entre os organismos de secção social, os quais, falando destes últimos, não perderão a oportunidade para engrossarem as sua fileiras e criar agentes de ligação que possam ir fomentar a desordem entre as massas trabalhadoras doutro país.*

*Este facto leva a reconhecer como sendo duma necessidade urgente a rigorosa fiscalização dos nossos postos de policia de fronteira a fim de impedir o intercâmbio de agitadores que forçosamente se estará produzindo entre Espanha e Portugal.*

*Por informações particulares chegadas ao conhecimento deste Consulado, e que fortificam esta opinião, parece ser exacto terem sido vistos ultimamente em território português alguns conhecidos e perigosos agitadores espanhóis. E a este propósito não deverá deixar de frizar-se o que poderá representar de prejudicial para a nossa segurança interna a livre entrada em Portugal de todos os viajantes espanhóis sem o respectivo visto consular. Resulta deste facto o ficar exclusivamente dependente dos postos de policia da fronteira, o que lhes é permitido visto não poderem aquelas entidades policiais dispor de meios de observação e de controle que só os postos consulares, pelo conhecimento das regiões em que estão situados e, por conseguinte, dos seus habitantes, podem possuir.<sup>55</sup>*

---

<sup>55</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 1, Maço 488, pp. 7-9, Ofício do Cônsul de Portugal em Sevilha, para Madrid, destinado ao Embaixador Português Visconde de Riba Tâmega, 6/07/1936.



O Cônsul de Sevilha comentou que tentou dificultar-se a saída de pessoas para Portugal que estivessem familiarizadas com ideias ideológicas diferentes do Estado Novo:

*Que todos os viajantes espanhóis que pretendam sair para Portugal pelos postos da fronteira situados nos limites da sua Província, façam visar previamente os seus passaportes no Governo Civil da mesma Província. Tal medida tem por fim dificultar ou mesmo impedir a saída do país de determinados viajantes*<sup>56</sup>.

Ainda sobre as movimentações de pessoas, na fronteira luso-espanhola, o Embaixador português, em Espanha, em 26 de Março de 1936 afirmava a instabilidade e a permeabilidade da zona fronteiriça:

*Não era para admirar que os jornais portugueses se referissem aos sucessos de Espanha, quando, às portas de Portugal, mesmo na sua fronteira, se passavam factos de tal gravidade, nos quais eram envolvidos cidadãos portugueses aos quais fatalmente a imprensa do meu país, no legítimo direito, a isso se tinha de referir*<sup>57</sup>.

Foi observado, igualmente, na fronteira de Galiza/ Trás-os-Montes movimentações de pessoas indesejáveis para Portugal. A fronteira foi eleita como local de conspiração com a possibilidade de adesão de 200 elementos portugueses ao Partido Comunista: “*Material comunista entrou em Portugal por Vila seca, entre Verin e Chaves. Nestes meses entraram em Espanha, filiando-se no Partido Comunista, seção portuguesa, mais de 200 portugueses*”<sup>58</sup>.

O início da guerra civil deu vários motivos para a entrada de espanhóis em Portugal. Podemos destacar os seguintes: a conquista por parte dos nacionalistas de zonas republicanas; represálias aos membros que auxiliavam o Governo republicano; e mobilização forçada pelo Governo nacionalista a homens e reservistas<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> Idem, p. 7

<sup>57</sup> AHD-MNE, Ofício de Riba Tâmega relatando a conversa com Rafael de Ureña, secretário de Estado. Enviado de Madrid para Lisboa, em 26 de Março de 1936 in Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, p. 112.

<sup>58</sup> Manuel Burgos Madroñero, Crónicas portuguesas de la guerra civil de España. Los informes del Vicecónsul portugués en Fernando Poo, 14 de agosto-31 de octubre de 1936, *Aldaba*, nº 31, (2001): 437.

<sup>59</sup> Moisés Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em (História Moderna e Contemporânea, Universidade de Lisboa, (2011): 66-67.

Dulce Simões destaca outras causas diretas para a introdução de refugiados em Portugal:

- 1) *Os confrontos entre as forças sublevadas e as forças leais à República com a subsequente ocupação de aldeias, vilas e cidades pelos nacionalistas;*
- 2) *As “operações de limpeza”, com o extermínio dos opositores políticos e o receio de represálias sobre familiares;*
- 3) *A fuga à mobilização coerciva de mancebos e reservistas para as forças militares de Franco;*
- 4) *A entrada como emigrantes clandestinos na procura de trabalho e a alternativas de sobrevivência económica, através de redes de solidariedade e de resistência política*<sup>60</sup>.

Podemos acrescentar ainda três situações regionais específicas que motivaram a entrada massiva de refugiados:

1) Na fronteira Minho-Galiza, durante a última semana de Julho de 1936, centenas de forças militares republicanas e civis fugiam da província de Orense e Pontevedra, nomeadamente, de Vigo e Tuy e procuravam abrigo no Norte de Portugal.

2) Na fronteira Alentejo-Extremadura, com a tomada de Badajoz, a partir de dia 13 e 14 de Agosto, devido à pressão dos nacionalistas, milhares de civis e militares fugiram em direção ao território português passando pela fronteira do Caia. As forças militares e policia lusas detêm milhares de pessoas que são transportadas para os postos da GF e da PVDE, bem como em campos improvisados nas zonas de Elvas, Caia, Campo Maior e nos postos da fronteira do Retiro e da Caseta.

3) Na fronteira Alentejo-Extremadura, a partir de dia 12 de Agosto, em Encinasola, os habitantes que eram apoiantes dos nacionalistas retiram-se para Portugal onde as autoridades os recebem<sup>61</sup>.

Com o enorme fluxo de refugiados a entrar em terras lusas, os habitantes portugueses que viviam perto das fronteiras definiram uma estratégia no sentido de proteger os espanhóis que procuravam abrigo, segundo Dulce Simões:

---

<sup>60</sup> Dulce Simões, *Exilados e refugiados na Fronteira Luso-espanhola do Baixo-Alentejo, nos seculos XIX e XX. O Pelourinho, Boletín de Relaciones Transfronterizas*, n° 22, (2018): 105.

<sup>61</sup> Dulce Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, (Lisboa: Edições Colibri, 2017): 198-199.

*As “linhas imaginárias” sempre foram manipuladas pelas populações raianas ao longo do tempo, como instrumento de proteção e de resistência por quem procurava refúgio no outro lado da fronteira, muitas vezes com a conivência dos próprios representantes do Estado. Os comandantes de secção, responsáveis pela direção e supervisão de um conjunto de postos chefiados por sargentos ou cabos, integravam uma complexa rede social, envolvendo agentes de instituições públicas, de organismos civis, militares e paramilitares com os quais partilhavam diretivas e informações. Desta forma, a fronteira entendida como espaço de múltiplos poderes vai sendo gerida pelos representantes do Estado e pelas populações fronteiriças<sup>62</sup>.*

Uma das zonas fronteiriças mais tensas foi a que estava próxima a Badajoz. Francisco Espinosa afirma que a fronteira portuguesa foi abordada por um grande número de espanhóis que escapavam da onda crescente de violência que alastrava na província de Badajoz. Fugiam, para Portugal, pessoas afetas aos nacionalistas que estavam com medo e inquietas com o que se passava e pessoas que fugiam dos combates, que se travavam, ou que estavam na iminência de se travar. Também debandavam elementos militares afetos aos rebeldes e os que fugiam das forças nacionalistas<sup>63</sup>.

A grande saída, para Portugal, deu-se nos dias 13 e 14 de Agosto onde um grande número de militares e civis, vinculados aos republicanos e forças de esquerda, tentam desesperadamente fugir à violência, organizada ou não, das forças nacionalistas que tinha como pano de fundo a conquista de Badajoz<sup>64</sup>.

A pressão dos combates, com a incursão das forças nacionalistas na Extremadura e na cidade de Badajoz, veio criar um ponto de rutura na população e nos militares afetos aos republicanos. Badajoz está a 6 km da fronteira portuguesa e é a maior cidade espanhola na zona fronteiriça, qualquer desequilíbrio nesta cidade teria e teve consequências na fronteira luso-espanhola e com efeito a saída para Portugal de milhares de refugiados espanhóis onde, também, se incluíam portugueses.

---

<sup>62</sup> Idem, pp. 150-151

<sup>63</sup> Francisco Espinosa Maestre, *La columna de la muerte, El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. (Barcelona: Crítica, 2003):109.

<sup>64</sup> Idem, *Ibidem*.

O papel do Cônsul português, Vasco Manuel Sousa Pereira, em Badajoz foi o mais ingrato e extenuante de todos os demais cônsules lusos em território espanhol. Teve que lidar com um complexo e tenso contexto político. Houve uma evidente mudança de comportamento do poder político e da própria população da cidade de Badajoz até à conquista da cidade pelas forças nacionalistas no dia 14 de Agosto.

A pressão sobre o Cônsul luso teve um maior destaque desde o golpe de Estado até 14 de Agosto com existência de uma tensão palpável sobre o Consulado. Após o 14 de Agosto o ambiente torna-se menos tenso e mais amigável por motivos óbvios. O papel do Cônsul português, mesmo durante o período mais crítico, foi sempre o de assumir uma posição de equilíbrio entre a população espanhola e portuguesa.

O Cônsul português, até à conquista de Badajoz, estava preocupado com o facto de que Portugal pudesse vir a ser um destino de elementos de esquerda portugueses e espanhóis, que já sentiam pavor e insegurança, e fugiam das zonas que estavam em luta.

Previa o Cônsul português, no dia 1 de Agosto de 1936, que a conquista pelos nacionalistas seria iminente em Badajoz e neste sentido o êxodo para Portugal, de milhares de comunistas incluído os deputados Nicolau de Pablo e Jesus de Miguel, poderia ser uma realidade e deveria Portugal estar preparado para os acolher em território português:

*O aspecto desta cidade não tem sofrido grande alteração desde o meu comunicado anterior, vendo-se, ainda, por toda a cidade e seus arredores numerosos rapazolas armados de espingardas de todas as formas e feitios, o que não tivesse um lado trágico, seria mais cómico que se pode imaginar. Continuam os registos domiciliários e as prisões de conhecidos elementos direitistas, pelo simples prazer de enxovalhar essas pessoas, já que outra coisa não tem sido tolerada até agora, pelos chefes marxistas, a essa horda de bárbaros. Continua a efervescência contra Portugal por causa da utilíssima campanha que vem fazendo o Rádio Club Português. O Consulado, por essa razão, tem estado em perigo, especialmente porque vivem em Badajoz mais de 50 cadastrados portugueses, que não tenho querido documentar, e que incitados por inimigos do País, poderiam assaltá-lo, escudando-se estes cobardes naqueles para tomarem um inoble represália, burlando talvez as responsabilidades que lhes cabem a face do direito internacional. Ser-me-ia lícito, em tal emergência, solicitar auxilio do Sr. Governador militar d'Elvas? [...]*

*A minha impressão é a de que Badajoz não tardaria em render-se, e a propósito disto parece-me de toda a conveniência que Portugal pense na concentração em lugar apropriado dos milhares de comunistas que fugidos ao inexorável castigo que os espera da parte do General Queipo de Llano, não tardarão a passar a fronteira, entre os quais hão de achar-se certos cabecilhas perigosos como os deputados Nicolás de Pablo e Jesús de Migue<sup>65</sup>.*

Vasco Manuel Sousa Pereira transmitiu, no dia 4 de Agosto de 1936, as movimentações existentes perto da fronteira lusa, na zona entre Mourão e Barrancos, e na zona em direção a Albuquerque e Arronches por estarem na posse republicana. Comenta que a localidade espanhola de Codosera,<sup>66</sup> ainda, não tinha sido tomada pelos nacionalistas:

*A título de informação tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exa. que segundo me comunica o Cônsul de Portugal em Badajoz a região da fronteira espanhola que corresponde à parte do território português entre Mourão e Barrancos acha-se ainda em poder dos comunistas. O Cônsul comunica igualmente não ter sido ainda ocupada a vila de la Codosera (na direcção de Albuquerque e Arronches) onde residem algumas centenas de portugueses, um grande número dos quais ele supõe, terem responsabilidades ligadas ao procedimento dos comunistas<sup>67</sup>.*

Se o começo da coordenação da repressão, entre Portugal e os nacionalistas, começou no início do conflito espanhol luso, foi na conquista de Badajoz que o auxílio prestado pelo executivo português teve o seu maior e mais expressivo exemplo.<sup>68</sup> A cobarde entrega de republicanos que se refugiaram em território português após a sua derrota em Badajoz foi referida por Jacques Georgel<sup>69</sup>.

Um exemplo da cumplicidade das autoridades portuguesas e nacionalistas foi o caso dos políticos Sinfiriano Madroñero (Presidente da Camara Municipal de Badajoz)

---

<sup>65</sup> AHD-MNE, Ofício, confidencial, enviado pelo Cônsul de Badajoz com destino ao MNE em 1 de Agosto de 1936.

<sup>66</sup> Localidade espanhola, a Norte de Badajoz, perto da fronteira portuguesa e foi conquistada pelos rebeldes no dia 26 de Agosto de 1936.

<sup>67</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício do Consulado de Badajoz destinada ao Diretor da PVDE em 4 de Agosto de 1936.

<sup>68</sup> Juan Carlos Jiménez Redondo, *Franco e Salazar*, (Lisboa: Assirio & Alvim, 1996): 101

<sup>69</sup> Jaques Georgel, *Franco e o Franquismo*, (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974): 41.

e Nicolau de Pablo que foram presos em Portugal, em Campo Maior, com um conjunto de republicanos e depois entregues às autoridades nacionalistas para serem fuzilados, em Badajoz, no dia 20 de Agosto.<sup>70</sup> Além de Sinfiriano Madroñero e Nicolau de Pablo, também fugiram para Portugal, por intermédio de Campo Maior, Ildfonso Piugdengolas, Guillermo de Miguel e mais de 200 elementos.<sup>71</sup> A situação de fuga para Portugal já tinha sido prevista pelo cônsul luso em Badajoz como refere a correspondência diplomática no dia 1 de Agosto de 1936. O Embaixador espanhol em Portugal, Claudio Sánchez-Albornoz, inquiriu o Ministério dos Negócios Estrangeiros português sobre os casos de entrada em território luso de Sinfiriano Madroñero e Nicolau de Pablo. A resposta que o Embaixador obteve foi que os dois políticos republicanos não constavam nos arquivos. No entanto, as diligencias realizadas por Sánchez-Albornoz para Ildfonso Piugdengolas, para os Comandantes Antonio Bertomeu Bisquert, Luis Benítez e os dois Capitães Guillermo de Miguel Ibañez e Luis Suarez Codes, que estavam retidos no quartel de Elvas e não foram entregues á PVDE, produziram efeito e os militares republicanos foram enviados, no dia 24 de Agosto, ao Forte de Caxias.<sup>72</sup>

Já passado o período quente, da saída de refugiados espanhóis para Portugal, o Cônsul luso em Badajoz, em Janeiro de 1937, refere o apoio que as tropas italianas prestam aos nacionalistas ao colocarem-se ao longo da fronteira espanhola para impedir a saída para território português de membros conectados com os republicanos:

*Tenho a honra de informar a V. Excelencia que as tropas da chamada Brigada Estrangeira, composta, ao parecer exclusivamente, de italianos, estabelece neste momento um cordão ao longo da nossa fronteira, diz-se que com o fim de evitar a fuga de elementos vermelhos que possam ter-se introduzido nesta zona*<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> Bernardo Futscher Pereira, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*. (Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2012): 90.

<sup>71</sup> Francisco Espinosa Maestre, *La columna de la muerte, El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. (Barcelona: Crítica, 2003): 89.

<sup>72</sup> *Idem*, p. 112.

<sup>73</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício Confidencial do Consulado de Portugal em Badajoz com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 31/01/1937.

Como referido após a conquista de Badajoz, pelos nacionalistas, fugiram muitos milicianos para Portugal que foram capturados e entregues aos rebeldes, pelo Governo português, ampliando o massacre que já estava a decorrer com a morte dos militares e civis de esquerda. O repórter do *Diário de Lisboa*, Mário Neves, relatou o horror dos fuzilamentos de Badajoz, no entanto muitas das suas notícias foram censuradas pelo executivo luso.<sup>74</sup> Mário Neves foi o primeiro jornalista português a entrar em Espanha e escreveu a sua visão de Badajoz depois de ser conquistada pelos nacionalistas. Descreveu a existência de um cenário de horror e de desolação. Comentava a viagem empreendida com os seus colegas estrangeiros Marcel Dany, da *Havas*, e Jacques Berthet, do *Temps*, para entrar em território espanhol e o ambiente e aspeto de Badajoz.<sup>75</sup> Mário Neves relata cenas de carnificina na conquista de Badajoz. Relata que houve 2.000 fuzilamentos. Coloca na notícia o subtítulo; *Cenas de horror e de desolação na cidade conquistada pelos revoltosos*. Esta notícia seria na íntegra censurada por Lisboa. As declarações do Tenente-Coronel Yagüe após a conquista de Badajoz, numa entrevista feita pelo mesmo jornalista ao serviço do *Diário de Lisboa*, realça a importância desta batalha:

*A acção do exército sublevado que ontem se desenvolveu às portas de Badajoz foi a mais importante desde que rebentou a revolução. Perguntámos se havia muitos prisioneiros. Respondeu-nos que sim e informou-nos que se apreenderam 3.000 espingardas, algumas metralhadoras e uma pequena bateria de canhões de infantaria. – E fuzilamento -dissemos nós- Há quem fale em dois mil... O comandante Yague olha para nós, surpreendido com a pergunta, e declara: Não devem ser tantos. Vão ficar aqui muito tempo? – O meu desejo é partir logo que possa para Madrid. – A campanha será longa? Com um sorriso, que fecha as suas breves declarações: – Não. Eles correm muito...<sup>76</sup>*

O artigo intitulado *Não mais voltar...*, foi enviado por Mário Neves e referia a matança de Badajoz e nunca foi publicado devido à censura do Estado Novo. Herbert R.

---

<sup>74</sup> Gabriel Cardona Escanero e Fernando Fernández Bastarreche, “La guerra de las columnas”, em *La Guerra Civil Española, Historia 16*, vol. II, Madrid, (1996): 59.

<sup>75</sup> *Diário de Lisboa*, nº 4937, 15/8/1936, em César de Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. (Lisboa: Edições O Jornal, 1988): 105

<sup>76</sup> Antonio Simões do Paço, (ed.-coord.), *1936-1939: Salazar, retaguarda de Franco*, (Lisboa: Planeta DeAgostini, 2008): 125, 127 e 129.

Southworth publicou, esta crónica, pela primeira vez no livro *Le Mythe de la Croisade de Franco* em 1964<sup>77</sup>.

## CONSEQUÊNCIAS DA ENTRADA DE REFUGIADOS ESPANHÓIS EM PORTUGAL

O papel de Portugal no controle das fronteiras foi sempre no sentido de dificultar a entrada dos refugiados republicanos. Havia bolsas de republicanos na região de Barrancos devido à sua proximidade com Espanha e ao carácter montanhoso daquela zona. Escolheram este local para fugir aos massacres feitos pelos nacionalistas, com a cumplicidade fronteiriça das forças militares e policiais portuguesas, e muitos são enviados para a cidade de Badajoz:

*Oficiais do exército rebelde espanhol uniformizados percorrem Portugal auxiliados por polícias portuguesas prendendo socialistas e republicanos refugiados que são enviados para execução em Badajoz*<sup>78</sup>.

Nos meses mais críticos da entrada de refugiados em Portugal, o Comandante da 4ª região militar foi informado que os refugiados, na zona de Alto Alentejo incluindo a cidade de Elvas, se desejassem retornar a Espanha deveriam ser enviados para Lisboa. No entanto, os refugiados relativos ao Baixo Alentejo, incluído Barrancos, eram embarcados em Vila Real de Santo António e muitos eram entregues diretamente aos rebeldes, não cumprindo as normas estabelecidas<sup>79</sup>.

A zona do Distrito de Portalegre foi bastante afetada devido à conquista de Badajoz, o que levou muitos militares e civis afetos à República a fugir das represálias dos nacionalistas espanhóis. A GF facultava informações diárias sobre os acontecimentos nesta zona muito sensível:

---

<sup>77</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>78</sup> *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, (1967):199.

<sup>79</sup> Moisés Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, (Lisboa, Universidade de Lisboa, 2017): 89.



*Existem varias informações que nos indicam que quer em Elvas, quer em Campo Maior, a fronteira portuguesa foi atravessada inúmeras vezes, particularmente a partir dos sangrentos confrontos que se dão em Badajoz. A Guarda Fiscal fornecia, entretanto, diariamente, todas as informações possíveis ao Comando Geral relativamente ao evoluir da situação em Badajoz. Um dia antes da cidade estar inteiramente nas mãos dos nacionalistas, o Comandante Geral desta Guarda efetuava uma visita à fronteira junto ao Caia. O desfecho do conflito dá-se em 14 de Agosto com a vitória dos nacionalistas. No dia 17 do mesmo mês já se encontravam presos 75 comunistas espanhóis no Forte da Graça, em Elvas, por tentarem entrar em Portugal<sup>80</sup>.*

Com as conquistas que alcançavam os nacionalistas, desde Sevilha, e à medida que subiam para Norte, muitos refugiados infiltravam-se em território luso, para desertar e fugir ao serviço militar. Com a conquista de Badajoz pelos nacionalistas, verificou-se a entrada significativa de militares e civis espanhóis em território português, sendo posteriormente detidos no Forte da Graça, em Elvas.<sup>81</sup> As zonas fronteiriças dos distritos de Beja e Portalegre, com o posto de Caia em evidência, foram as mais complexas devido à entrada de refugiados espanhóis em Portugal. A partir de 7 de Agosto de 1936 houve uma fuga massiva de espanhóis sendo o corredor de Badajoz / Elvas o mais afetado. Muitos habitantes com ligações à República, da zona de Cáceres, fugiram para Portugal, através da fronteira de Valencia de Alcântara, no Verão de 1936. Muitos foram detidos pelas autoridades portuguesas e entregues aos nacionalistas sendo depois presos, reintegrados e julgados em conselho de guerra e alguns com pena de morte<sup>82</sup>.

Estes refugiados entravam por Portugal através de Barrancos, Sobral da Adiça, Amareleja e Vila Verde de Ficalho. O comandante de secção da GNR de Amareleja documentava que perto da ribeira do Ardila se reunia uma “*coluna comunista constituída por 500/600 homens que, por ver impedida a sua entrada em Portugal,*

---

<sup>80</sup> Maria Fernanda Sande Candeias, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha, Vigilância e Fiscalização das Provoações Fronteiriças*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, (Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1997): 42.

<sup>81</sup> Moisés Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, (Lisboa, Universidade de Lisboa, 2017): 90-91.

<sup>82</sup> Julián Chaves Palacios, “Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperación y entendimiento en la lucha contra la disidencia (1936-1950)”, em *Frontière et résistances en Péninsule ibérique 1926-1950*, (2017) <https://doi.org/10.4000/ceec.6571>

seguiu ao longo da fronteira para o Norte; uma outra coluna com numerosos civis e carabineiros comandados por um capitão, resistiram até ao último, não se entregando a Portugal por saber que depois fariam a sua entrega aos nacionalistas”<sup>83</sup>.

Elvas acolheu dois locais onde foram detidos elementos espanhóis que cruzavam a fronteira portuguesa. A Praça de Touros foi empregue para encarcerar 800 elementos incluindo 4 Capitães e 2 Majores. No Forte da Graça, no mês de Agosto de 1936, havia 75 republicanos e no dia 24 de Setembro de 1936 juntaram-se mais 136 refugiados. Em Elvas havia no total, entre Forte de Nossa Senhora da Graça e a Praça de Touros, mais de 1.000 refugiados, onde não estavam incluídos crianças e mulheres, vindos de Espanha<sup>84</sup>.

De Barrancos vieram 1020 refugiados espanhóis concentrando-se, em Lisboa, no cais de Santa Apolónia. Desde a cidade de Elvas, do forte da Graça, dos fortes de Caxias e de São Julião da Barra e da sede da PVDE do Porto foram remetidos 400 refugiados para Lisboa<sup>85</sup>.

Os autores divergem no que respeita ao número de refugiados existente. Dulce Simões comenta, segundo Javier Rubio, que foram entre 5.000 e 6.000 pessoas o número de refugiados republicanos que entraram em território português. César Oliveira relata que o número de refugiados variou entre 2.000 e 3.000 pessoas. No entanto, Dulce Simões pensa que é difícil quantificar e contabilizar o número total de refugiados republicanos em Portugal<sup>86</sup>. Fábio Faria faz uma análise de parte do número de refugiados espanhóis em território luso; Para César de Oliveira, no Forte de Caxias, houve 250 refugiados. Dulce Simões expressa que estiveram no Forte de Caxias, aproximadamente, 82 indivíduos em Agosto de 1936. Nos relatórios da PVDE estão mencionados 255 espanhóis no Forte de Caxias em Setembro de 1936. Em Bragança encontravam-se 99 espanhóis e em Chaves 12. Os refugiados no Alentejo estavam divididos entre Elvas com 61, Moura com 38, Barrancos com 8 e Campo Maior com 1.

---

<sup>83</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>84</sup> Moisés Lopes, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, (Lisboa, Universidade de Lisboa, 2017): 85-86.

<sup>85</sup> Dulce Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, (Lisboa: Edições Colibri, 2017): 256.

<sup>86</sup> Dulce Simões, “Exilados e refugiados na Fronteira Luso-espanhola do Baixo-Alentejo, nos seculos XIX e XX”. *O Pelourinho, Boletín de Relaciones Transfronterizas*, nº 22, (2018): 105.

Em Castelo Branco havia 18 e em Vilar Formoso 4. Em Valença houve somente 1. No total estavam detidos, no dia 25 de Setembro de 1936, 496 espanhóis<sup>87</sup>.

Foi no Forte de Caxias que ficou uma parte importante dos refugiados espanhóis detidos pelas autoridades portuguesas. Na zona Norte de Portugal, no Aljube do Porto, também foram detidos muitos refugiados espanhóis<sup>88</sup>.

No dia 6 de outubro de 1936, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português havia chegado a um acordo com o Governo republicano espanhol de repatriar os refugiados, com os custos a serem assumidos pelo Governo português, que quisessem ir para a cidade de Tarragona, porto selecionado pelo Governo republicano. No entanto, os refugiados que pretendessem ficar em Portugal tinham que estar sujeitos às condições do Governo português<sup>89</sup>.

Nas palavras de Francisco Espinosa, chegaram ao porto de Tarragona, no dia 13 de Outubro de 1936, através do navio *Nyassa*, 1.435 pessoas, depois de estarem entre dois e três meses em más condições em território português. Estes refugiados incluíam famílias, mulheres, crianças e militares<sup>90</sup>.

Foram contabilizados 806 refugiados que foram transferidos para a praça de touros, de Moura, para serem enviados, com os restantes refugiados, através do barco português *Nyassa* para o porto da cidade de Tarragona<sup>91</sup>. Foi do Forte de Caxias e do Aljube do Porto que uma grande parte de refugiados foi enviada para Tarragona no dia 10 de Outubro de 1936<sup>92</sup>.

Os refugiados são instalados em campos de concentração e alvos de perseguições; *sem precedentes pela sua dureza*. O executivo republicano espanhol salientava possuir provas para colocar à mercê dos elementos, da Sociedade Das

---

<sup>87</sup> Fabio Faria, “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XLIII, (2017): 72-73.

<sup>88</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>90</sup> Francisco Espinosa Maestre, *La columna de la muerte, El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. (Barcelona: Crítica, 2003):122.

<sup>91</sup> AHM, Nota da secção de Safara da Guarda-Fiscal no dia 21 de Setembro de 1936, em César de Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. (Lisboa: Edições O Jornal, 1988): 158-161.

<sup>92</sup> Fabio Faria, “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XLIII, (2017): 72-73.

Nações, que comprovam que os acontecimentos que se passam em Portugal são contra o Direito Internacional e as obrigações com o Pacto da S.D.N.<sup>93</sup>.

Se alguns refugiados “vermelhos” foram ajudados pelas populações locais outros foram capturados pela GNR e pela GF que os reenviavam, para território nacionalista espanhol, onde a morte por fuzilamento era certa ou os encaminhavam para os campos de concentração improvisados como o da Herdade da Coitadinha, perto de Barrancos, ou na Herdade das Russianas<sup>94</sup>.

Segundo Dulce Simões, devido à entrada massiva de refugiados espanhóis em território português, foi realizado um acordo entre o Tenente Eduardo Varela de Oliveira Soares (comandante da secção da GNR na localidade de Moura) e o Tenente António Augusto de Seixas (comandante da secção da GF de Safara) no sentido de controlar a entrada de refugiados e dividir em duas zonas a área de atuação. A Herdade da Coitadinha ficaria a cargo da GNR e a Herdade das Russianas sob responsabilidade da GF e em ambas as zonas o exército luso iria prestar apoio<sup>95</sup>.

Como referido, além do campo de concentração da Herdade da Coitadinha, reconhecido oficialmente pelo Governo de Salazar, existiu o campo de concentração na Herdade das Russianas. O Tenente Augusto de Seixas permitiu a concentração, provisória e sem o consentimento do Governo luso, na Herdade das Russianas certamente perturbada pela violência realizada pelos nacionalistas em Espanha<sup>96</sup>.

Estiveram no campo de concentração da Herdade da Coitadinha, no dia 10 de Outubro de 1936, 614 republicanos sendo muitos deles entregues às forças nacionalistas enquanto outros foram enviados, através de barco, para a zona republicana no Mediterrâneo espanhol<sup>97</sup>. A Herdade da Coitadinha está perto do rio Ardila e da fronteira espanhola ladeada pela fortaleza de Noudar. Estiveram mais de mil refugiados,

---

<sup>93</sup> *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947, vol. V*, (Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967): 324-325, em Iva Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, (Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1982): 94.

<sup>94</sup> César de Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. (Lisboa: Edições O Jornal, 1988): 158-161.

<sup>95</sup> Dulce Simões, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, (Lisboa: Edições Colibri, 2017): 236.

<sup>96</sup> *Idem*, p. 241.

<sup>97</sup> César de Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. (Lisboa: Edições O Jornal, 1988): 158-161.

no campo, no Verão de 1936. Vieram das zonas espanholas, próximas das fronteiras, 773 refugiados civis e militares<sup>98</sup>.

Na localidade da Mofedinha, onde estava a Herdade das Russianas, existiu um campo de concentração para albergar os refugiados espanhóis. A organização deste campo foi incentivada pelo Tenente Seixas no sentido de encaminhar as centenas de refugiados que chegavam a Portugal. Houve, aproximadamente, 300 pessoas na Herdade das Russianas muito menos que na Herdade da Coitadinha<sup>99</sup>. Os refugiados das Russianas estavam dependentes da ajuda fornecida pelos refugiados da Coitadinha<sup>100</sup>.

Com o golpe militar muitos galegos republicanos fugiram para Portugal, mas com o intuito de voltar para Espanha pois pensavam que a situação era passageira. O controle de fronteira, em Valença, era o mais organizado com 4 elementos da PVDE. Em toda a zona fronteiriça do Minho, com a Galiza, havia postos fronteiriços, próximos entre si, como os postos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Melgaço, Monção e São Gregório, no entanto havia poucos agentes e era desigual em termos de vigilância. Se muitos refugiados galegos entraram em Portugal também é verdade que muitos deles foram detidos e entregues pela PVDE à *Polícia Internacional Española*<sup>101</sup>.

Observa-se uma relação bastante próxima entre a GF e os rebeldes na zona da fronteira Minho/Galiza onde existiram relatos das “camionetas da morte” que se ouviam a circular nas zonas fronteiriças com a Espanha:

*Continua a haver relativo sossego nas povoações espanholas fronteiriças. No entanto, segundo informam os postos fiscais, reina terror em muitas povoações por serem visitadas a amiúdo pelas «Caminhetas da Morte», para as quais são metidos indivíduos denunciados que depois aparecem mortos*<sup>102</sup>.

---

<sup>98</sup> Francisco Espinosa Maestre, *La columna de la muerte, El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. (Barcelona: Crítica, 2003):116.

<sup>99</sup> Idem, p. 117.

<sup>100</sup> Idem, p. 246.

<sup>101</sup> Ángel Rodríguez Gallardo, *Entre Brandas e inverneiras: Refugiados e guerra civil na frontera entre Ourense e Portugal*, (Trabe de Ouro, Publicación galega de pensamento, tomo I, 2004), pp. 24 e 27-28.

<sup>102</sup> Comunicação remetida el 1 de Setembro de 1936 por Salvador Nunes Teixeira, Governador Civil de Bragança, Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa), Ministerio do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 48, cit. in Grandío Seoane, *Problemas en la construcción del “Nuevo Estado”*, p. 219.

O Consulado de Vigo emite a informação da entrega de dois portugueses às autoridades portuguesas na fronteira: “*Tenho a honra de comunicar a V.Exa. que já foram postos em liberdade mais dois portugueses que estavam presos e os restantes foram entregues na fronteira á policia portuguesa*”<sup>103</sup>.

No Minho, na localidade de Castro Laboreiro, existiram 480 refugiados espanhóis desde 20 de Julho de 1936 até Janeiro de 1937. Estavam a seguir estes refugiados as autoridades portuguesas, os falangistas e o exército. Os espanhóis que fugiam, para território luso, eram em maioria homens e possuíam entre 20 e 40 anos, sendo solteiros e tinham como profissão, maioritariamente, o comércio e o setor agrícola<sup>104</sup>.

O Major de Cavalaria Aníbal Franco, Comandante do Batalhão 4º da GNR, no dia 15 de Agosto comentava que a ação de controle da responsabilidade da 5ª Companhia, nos postos de Valença, Monção e de Caminha, eram realizados com o apoio da GF e da PSP. À Companhia 6ª foram entregues os postos de Montalegre e Chaves. No momento que as fronteiras espanholas, no Minho, ficaram em possessão dos rebeldes a ordem ficou assegurada<sup>105</sup>.

O Cônsul de Orense relata uma possível infiltração em Portugal de elementos foragidos no Distrito de Bragança:

*Esclarecendo telegrama 17 de Novembro relativo infiltração fronteira portuguesa especificamente distrito Bragança foragidos frente comunico a V.Ex<sup>a</sup> que essa informação me fornecida comandante posto carabineiros. Embora não haja momentaneamente gravidade avisei sentido redobrar vigilância. Devem ser foragidos bando de salteadores que perseguidos forças do Governo procuram refugiar-se Portugal.*<sup>106</sup>

---

<sup>103</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Ofício enviado pelo Cônsul de Vigo com destino ao MNE em 6/08/1936.

<sup>104</sup> Ángel Rodríguez Gallardo, “Un modelo poco explorado de refugiado político: gallegos en Portugal durante la Guerra Civil Española y la primera posguerra”, *Cahiers de civilisation espagnole contemporaine*, nº 18, 2017, p. 7 em <https://doi.org/10.4000/ccec.6466>.

<sup>105</sup> Fabio Faria, “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XLIII, (2017): 80.

<sup>106</sup> AHD-MNE, 3º Piso, Armário 8, Maço 5, Telegrama do Consulado de Portugal em Orense, com destino ao Ministro dos Negócios Estrangeiros em Lisboa em 19/02/1939.

## CONCLUSÃO

Esta obra pretende apresentar nova documentação diplomática enviada pelos diplomatas portugueses a Lisboa durante a Guerra Civil de Espanha e reforçar o relevante papel de Portugal no apoio aos sublevados, ao longo da fronteira luso-espanhola. Acrescenta um conjunto de informações inéditas no que respeita às movimentações de materiais e pessoas nas zonas fronteiriças, com detalhes específicos de diversos acontecimentos em várias localidades.

Conforme fica patente neste artigo a fronteira luso-espanhola foi um meio utilizado para apoiar logisticamente e materialmente os rebeldes. Aliás, o Estado luso foi o único Estado, a nível mundial, que ajudou e apoiou os nacionalistas através da sua fronteira terrestre.

A reinterpretção da problemática da fronteira luso-espanhola, inclui variada correspondência diplomática de carácter inédito. Podemos concluir que o Executivo português, devido à qualidade da correspondência diplomática enviada, sabia e previa muitos acontecimentos, movimentações e opiniões que existiam sobre e na fronteira luso-espanhola. Conclui-se que os diplomatas lusos tinham um comprometimento mais elevado que os seus congéneres mundiais.

O executivo português de Lisboa tinha conhecimento dos protestos insistentes que a imprensa republicana relatava sobre as ilegalidades que ocorriam na fronteira luso-espanhola bem como dos avisos e previsões dos Cônsules lusos (nomeadamente de Badajoz, Huelva e Sevilha) sobre a fragilidade, permeabilidade e instabilidade da fronteira luso-espanhola que podiam ameaçar o regime salazarista.

Refere-se, como exemplo, a correspondência diplomática de Armindo Monteiro, desde a Embaixada portuguesa em Londres, sobre o envolvimento e a previsão de Portugal no controlo da fronteira luso-espanhola no quadro do Acordo de Não intervenção. Monteiro colocava várias hipóteses no que respeita ao desenrolar da Guerra Civil. A fronteira terrestre luso-espanhola podia ser uma escapatória caso a situação dos rebeldes e de Francisco Franco desencadeasse em derrota.

Foi evidente o suporte concedido pelos cônsules e diplomatas portugueses ao Governo salazarista, sobre as movimentações na fronteira luso-espanhola para que a ajuda realizada pelo Governo português, aos sublevados, fosse acertada.

### FONTES

AHD-MNE – Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, Portugal.

*Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial, 1936-1947*, vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967.

### BIBLIOGRAFIA

Bernecker, Walther L. “La intervención alemana en la guerra civil española”. *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie V. Historia Contemporánea, tomo V, (1992)

Burgos Madroñero, Manuel, “Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936. Los informes consulares de Andalucía y Extremadura”. *Estudios Regionales* nº 15-16, (1985:1986)

-- “Vinte mil portugueses lutaram na Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 55, (1987)

Cardona Escanero, “Gabriel e Fernández Bastarreche, Fernando, La guerra de las columnas, em La Guerra Civil Española, Madrid”, *Historia 16*, vol. II, (1996)

Colket, Meredith B. “The Inviolability of Diplomatic Archives.” *The American Archivist*, vol. 8, no. 1, 1945, pp. 26–49. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/40288422>. Accessed 22 Sep. 2022

Coverdale, John F., *Italian Intervention in the Spanish Civil War*, Princeton: Princeton University Press, (2016)

Chaves Palácios, Julián, “Franquismo y Salazarismo unidos por la frontera: cooperación y entendimiento en la lucha contra la disidencia (1936-1950)”, 2017 em Cristina Clímaco e Mercedes Yusta Rodrigo (eds.). “Frontière et résistances en Péninsule ibérique 1926-1950”, dossier *Cahiers de Civilisation Espagnole Contemporaine*, nº 18, printemps, en <https://doi.org/10.4000/ccec.6571>. Acceso 01.07.2022)

Delgado, Iva, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins: Europa-América, 1982

Espinosa Maestre, Francisco, *La columna de la muerte, El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*. Barcelona: Crítica, 2003

Faria, Fabio, “Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XLIII, (2017)

-- *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*, Lisboa, ISCTE, 2021



- Freire Antunes, José, *Os Espanhóis e Portugal*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003
- Futscher Pereira, Bernardo, *A Diplomacia de Salazar 1932-1949*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2012
- Georgel, Jacques, *Franco e o Franquismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1974
- González Calleja, Eduardo, “La Frontera como protagonista histórico, Observaciones sobre la emigración y la resistencia políticas en la primera etapa de la Restauración (1875-1900)”, en *Éxils et Migrations Hispaniques au XX<sup>e</sup> Siècle/Exilios y Migraciones Ibéricas en el siglo XX*, nº ¾ (1997)
- Grandío Seoane, Emilio, Problemas en la construcción del Estado Nuevo (Galicia 1936-1939). *Historia y Comunicación Social*, nº 6, (2001)
- Jiménez Redondo, Juan Carlos, *Franco e Salazar*. Lisboa: Assirio & Alvim, 1996
- Kowalsky, Daniel, *La Unión Soviética y las Brigadas Internacionales*. *Ayer*, nº 56, (2004)
- Lopes, Moisés, *Refugiados espanhóis em Portugal (1936-38): O Caso de Elvas*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2017
- Martins, Herminio, *Classe, Status e Poder*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001
- Marquina Barrio, Antonio, “Estados Unidos y la Guerra Civil de España”. *UNISCI Discussion, Papers* nº 11, (2006).
- Mattoso, José (dir.). *História de Portugal, volume 7: O Estado Novo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998
- Medeiros Ferreira, José, *Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU em Política Internacional*, vol. I, nº 6, (1993)
- Medina García, Eusebio, *Contrabando en la Frontera de Portugal; Orígenes, estructuras, conflicto y cambio social*, Tesis de Doctorado, Madrid: Universidad Complutense, 2001
- Mesquitela, Teresa, “A Guerra Civil de Espanha”. *Historia*, nº 71, (1984)
- Mongiardim, Maria Regina, “Fronteira luso-espanhola”, em Pereira Coutinho, Francisco e Kowalski, Mateus (orgs.), *As Fronteira luso-espanhola das questões de soberania aos fatores de União*, Lisboa, Instituto Diplomático Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, (2004)
- Moradiellos García, Enrique “La política británica ante la guerra civil española”. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie V, Historia Contemporánea*, tomo V, (1992).
- Oliveira, André, *A política Externa Portuguesa na Guerra Civil de Espanha*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2014.
- Oliveira, César de, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições O Jornal, 1988.
- Preston, Paul e Mackenzie, Ann, *The Republic Besieged, Civil War in Spain 1936-1939, Battleground of Reputations: Ireland and the Spanish Civil War*, Edinburgh, Edinburgh University Press, (1996).

- Preston, Paul, em revista *Actual* do jornal *Expresso*, (2007).
- Pulido Mendoza, Manuel, “Apuntes sobre la intervención extranjera en Extremadura y extremeños en campos de concentración nazis”. *Revista de Estudios Extremeños*, tomo LXIII, nº 3, septiembre-diciembre, (2007).
- Ramos Brandão, Pedro, “Oliveira Salazar, ante el 18 de Julio. La clave”. *La Aventura de la Historia*, nº 95, septiembre, (2006).
- Rodríguez Gallardo, Ángel, “Un modelo poco explorado de refugiado político: gallegos en Portugal durante la Guerra Civil Española y la primera posguerra”, 2014 em Katarzyna Stokosa e Gerhard Besier (eds.), *European Border Regions in Comparison. Overcoming Nationalistic or Re-Nationalization*, New York: Routledge.
- Rodríguez Gallardo, Ángel, “Entre Brandas e inverneiras: Refugiados e guerra civil na fronteira entre Ourense e Portugal”, Trabe de Ouro, *Publicación galega de pensamento*, tomo I, (2004)
- Rodríguez Gallardo, Ángel, “Un modelo poco explorado de refugiado político: gallegos en Portugal durante la Guerra Civil Española y la primera posguerra”, 2017 em *Cahiers de civilisation espagnole contemporaine*, nº 18, invierno <https://doi.org/10.4000/ccec.6466>
- Ruiz González, Cándido, “Alimentación y estraperlo durante el Primer Franquismo en la comarca de Toro (1936-1941)”, *Stvdia Zamorensia*, vol. X, (2011)
- Candeias, Maria Fernanda Sande, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha, Vigilância e Fiscalização das Provoações Fronteiriças*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1997
- Sardica, José Miguel, *Ibéria – A relação entre Portugal e Espanha no século XX*, Lisboa: Aletheia Editores, (2013)
- Simões Dulce, *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*, Lisboa: Edições Colibri, 2017
- Simões, Dulce, “Exilados e refugiados na Fronteira Luso-espanhola do Baixo-Alentejo, nos seculos XIX e XX”. *O Pelourinho, Boletín de Relaciones Transfronterizas*, nº 22, (2018)
- Simões do Paço, António (ed.-coord.), *1936-1939: Salazar, retaguarda de Franco*, Lisboa: Planeta DeAgostini, 2008
- Soares Oliveira, Luis, *Guerra Civil de Espanha, Intervenção e não intervenção europeia*. Lisboa: Prefácio, 2009
- Vaquinhas, Irene, *Em fuga da guerra civil: refugiados espanhóis na Figueira da Foz (1936-1939)*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (2015)
- Viñas Martín, Ángel, “La decisión de Stalin de ayudar a la Republica: un aspecto controvertido en la historiografía de la Guerra Civil”. *Historia y Política: Ideas, procesos y movimientos sociales*, nº 16, (2006)